

## Atos Oficiais

### Portarias:

**PORTARIA Nº. 32.218, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020.** DESIGNAR GILSON GERMANO CASCARDI, portador da Cédula de Identidade RG nº. 26.757.908-1 e CPF nº. 289.704.608-29, Dirigente de Unidade de Gênero e Diversidade Sexual e Igualdade Racial, para responder interinamente pela Secretaria de Participação e Inclusão Social, no período de **15 de outubro de 2020 a 16 de novembro de 2020.**

**PORTARIA Nº. 32.224, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020.** DESIGNAR JÉSSICA ZAMITH CANDELLEIRO, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 43.868.909-4 e CPF nº. 368.759.728-83, Diretora de Divisão Gestão Ambiental, para responder interinamente pela Secretaria de Meio Ambiente, no período de **16 de outubro de 2020 a 17 de novembro de 2020.** Processo nº. 4131/2011

**PORTARIA Nº. 32.225, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.** NOMEAR os funcionários abaixo relacionados para constituírem os “**Grupos da Operação Verão Seguro – OVS 2020/2021**”, Plano Preventivo Municipal para o período das chuvas de verão, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 5º., do Decreto 6.876, de 21 de novembro de 2018.

**Grupo Intersecretarial de Coordenação (GIC) – Art. 5º. do Decreto 6.876/2018**

Edvaldo Silva dos Santos – Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil  
Jorge Luis de Moraes – Secretaria Chefe de Gabinete do Prefeito  
Rosângela Maria Vieira da Silva – Secretaria de Governo  
Ricardo Orsini Silva – Secretaria de Serviços Urbanos  
Liz Ita Dotta – Secretaria de Assuntos Jurídicos  
Antônia Constâncio – Secretaria de Finanças  
Adriano Dias Campos – Secretaria de Administração  
César Ricardo dos Santos Ferreira – Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico  
Anderson Rodrigues Grecco – Secretaria de Cultura  
Rogério Castilho do Carmo – Secretaria de Habitação e Planejamento Urbano  
Wanessa de Paula Isídio da Silva – Secretaria de Meio Ambiente  
Melissa Zimpec Duaik – Secretaria de Obras  
Flávia Regina Banwart e Silva – Secretaria de Educação  
Guilherme Carlos Guarinon – Secretaria de Esportes  
João Gabriel Vieira – Secretaria de Saúde  
Raul Zampol Júnior – Secretaria de Planejamento  
José Luiz Martins Navarro – Secretaria de Segurança Urbana  
Márcio Marques Ferreira – Secretaria de Comunicação  
José Adão Alves – Secretaria de Transportes e Trânsito  
Elza dos Anjos Iwasaki – Secretaria de Assistência Social e Cidadania  
Elza da Silva Carlos – Secretaria de Participação e Inclusão Social  
Emerson Aparecido Gilard – Secretaria de Desenvolvimento Regional Ouro Fino Paulista

**Grupo Técnico Executivo – (GTE) Art.7º. do Decreto 6.876/2018**

Luciana Macedo – Arquiteta – Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil  
Josef Flávio Ceobaniuk Zaluchi – Secretaria de Serviços Urbanos  
Clayton Alexandre Volpi Guedes – Secretaria de Habitação e Planejamento Urbano  
Simone Rodrigues Hamada – Secretaria de Assistência Social e Cidadania  
Cristiano Soares da Silva – Secretaria de Participação e Inclusão Social  
Gutembergue Martins Silva – Secretaria de Segurança Urbana  
Miguel Luis Filho – Secretaria de Transportes e Trânsito  
Leandro Borges – Secretaria de Saúde  
Ricardo Moreira – Secretaria de Administração  
Bianca Rosa de Mesquita Mucci – Secretaria de Assuntos Jurídicos  
Cristina Terumi Okabe – Secretaria de Finanças  
Jéssica Gomes Estewam – Secretaria de Planejamento  
Dayane Ramos do Nascimento – Secretaria de Governo

**Grupo de Mobilização Social (GMS) – Art. 8º do Decreto 6.876/2018**

Clayton Alexandre Volpi Guedes – Secretaria de Habitação e Planejamento Urbano  
Leandro Borges – Secretaria de Saúde  
Simone Rodrigues Hamada – Secretaria de Assistência Social e Cidadania  
Cristiano Soares da Silva – Secretaria de Participação e Inclusão Social  
Joyce Borges Cunha – Secretaria de Comunicação  
Vitor Bernardo Vitiello – Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico  
Thamiris Helena da Silva Santana – Secretaria Chefe de Gabinete do Prefeito

**Grupo de Atendimento à Emergência (GAE) – Art. 9º. do Decreto 6.876/2018**

Josef Flávio Ceobaniuk Zaluchi – Secretaria de Serviços Urbanos  
Clayton Alexandre Volpi Guedes – Secretaria de Habitação e Planejamento Urbano  
Tamirys Santos da Silva – Secretaria de Obras  
João Paixão Cerqueira – Secretaria Desenvolvimento Regional Ouro Fino Paulista  
Simone Rodrigues Hamada – Secretaria de Assistência Social e Cidadania  
Cristiano Soares da Silva – Secretaria de Participação e Inclusão Social  
Gutembergue Martins Silva – Secretaria de Segurança Urbana  
Miguel Luis Filho – Secretaria de Transportes e Trânsito  
Leandro Borges – Secretaria de Saúde  
André de Jesus Pitta – Secretaria de Meio Ambiente

**Grupo de Ações Recuperativas (GAR) – Art. 10 do Decreto 6.876/2018**

José Renato Barbosa – Secretaria de Serviços Urbanos  
Tamirys Santos da Silva – Secretaria de Obras  
Clayton Alexandre Volpi Guedes – Secretaria de Habitação e Planejamento  
Jéssica Gomes Estewam – Secretaria de Planejamento  
Miguel Luis Filho – Secretaria de Transportes e Trânsito  
Gutembergue Martins Silva – Secretaria de Segurança Urbana

**Grupo de Remoção e Abrigos (GRA) – Art. 11 do Decreto 6.876/2018**

Simone Rodrigues Hamada – Secretaria de Assistência Social e Cidadania  
Cristiano Soares da Silva – Secretaria de Participação e Inclusão Social  
Clayton Alexandre Volpi Guedes – Secretaria de Habitação e Planejamento Urbano  
Ricardo Moreira – Secretaria de Administração  
Adriano de Almeida Galvão Pereira – Secretaria de Cultura  
Vitor Bernardo Vitiello – Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico  
Gutembergue Martins Silva – Secretaria de Segurança Urbana  
André de Jesus Pitta – Secretaria de Meio Ambiente  
Leandro Borges – Secretaria de Saúde  
Edilson Ivo Lima – Secretaria de Educação  
Rodrigo Santos Silva – Fundo de Solidariedade

**Grupo Especial de Fiscalização Preventiva e Monitoramento (Gefis) – Art. 12 do Decreto 6.876/2018**

Dilza Leite Freire Miyamoto – Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil

Mauro Machi – Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil  
Gutembergue Martins Silva – Secretária de Segurança Urbana  
Clayton Alexandre Volpi Guedes – Secretária de Habitação e Planejamento Urbano  
Tamirys Santos da Silva – Secretária de Obras  
Jéssica Gomes Estewam – Secretária de Planejamento  
Ricardo Moreira – Secretária de Administração  
José Renato Barbosa – Secretária de Serviços Urbanos  
Processo nº. 8074/2006

**PORTARIA Nº. 32.228, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020.** EXONERAR, a pedido, o funcionário **ALEXANDRE DO CARMO SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 26.689.948-1 e CPF nº. 163.724.608-07, do cargo de Responsável de Equipe de Rios e Córregos, regime estatutário, provimento comissão, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos, a contar de 21 de Outubro de 2020. Processo nº. 4254/2020

**PORTARIA Nº. 32.229, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020.**

**CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES** pelo período de 02 (dois) anos, nos termos do Artigo 94, da Lei Municipal nº. 4.217/98, para o funcionário **ANDERSON GISLEI NASCIMENTO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 41.935.165-6, CPF nº. 368.513.008-00, Agente de Serviços Gerais, regime estatutário, provimento efetivo, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos, a partir de 26 de Novembro de 2020. Processo nº. 6795/2011

## Legislação:

### **LEI 6.512, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020**

Institui o "Programa Rua do Lazer aos Domingos" na Avenida Salvador Ripoli e dá outras providências. (Autoria: Vereador Flávio Gomes da Silva)  
**ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:  
Art. 1º Fica instituído o "Programa Municipal Rua do Lazer aos Domingos," na Avenida Salvador Ripoli, no horário das 08:00h às 12:00h.  
Art. 2º O "Programa Rua do Lazer aos domingos" será efetivado através do fechamento, aos domingos, desta via pública, com a finalidade de incentivar a população à prática de atividades esportivas, lazer, cultura e entretenimento.  
Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 19 de novembro de 2020 - 306º Ano da Fundação e 66º da Instalação do Município.

**ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA** Prefeito

**LIZ ITA DOTTÁ** Secretária de Assuntos Jurídicos

**JOSÉ ADÃO ALVES** Secretário de Transportes e Trânsito

Processo Administrativo n.º 064/2020=cm; 5319/2020 – PM.

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

## Câmara Municipal:

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 919, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020.** **VEREADOR ARCHESON PEDROZA TEIXEIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de "Cidadã Ribeirãopirense" a Senhora **NAZARETH MONTEIRO BRAZ**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi) A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES APROVOU: Art. 1º- Fica concedido o Título de "Cidadã Ribeirãopirense" a Senhora **NAZARETH MONTEIRO BRAZ**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Art. 2º - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue a ilustre homenageada. Art. 3º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal de Ribeirão Pires, 26 de novembro de 2020 – 66º Ano da Instalação do Município. **Vereador Archeson Pedroza Teixeira Presidente** Publicado no órgão oficial e na Portaria da Câmara Municipal na mesma data. **Marco Aurélio Romaldini Secretário Geral**.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 920, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020.** **VEREADOR ARCHESON PEDROZA TEIXEIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de "Cidadão Ribeirãopirense" ao Senhor **DORIVAL PISSARELLI**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador Rogério Paulo Luiz) A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES APROVOU: Art. 1º- Fica concedido o Título de "Cidadão Ribeirãopirense" ao Senhor **ROGÉRIO PISSARELLI**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Art. 2º - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. Art. 3º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal de Ribeirão Pires, 26 de novembro de 2020 – 66º Ano da Instalação do Município. **Vereador Archeson Pedroza Teixeira Presidente** Publicado no órgão oficial e na Portaria da Câmara Municipal na mesma data. **Marco Aurélio Romaldini Secretário Geral**.

### **RESOLUÇÃO Nº 935, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020**

O Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte Resolução: "Dispõe sobre o Código de Ética dos Vereadores e dá outras providências." Autoria: Vereador **Amaury Dias Pereira** A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES APROVOU: **Art. 1º** O Vereador exercerá seu mandato com observância das normas constitucionais e regimentais, entre elas, as contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos. **Art. 2º** São deveres do vereador: I- Defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de São Paulo e a Lei Orgânica do Município; II- Defender o ordenamento jurídico vigente no País; III- Observar os preceitos deste Código de Ética e Decoro Parlamentar e do Regimento Interno da Câmara; IV- Exercer o mandato com consciência e estrita observância às formas da ciência ética e da moral, pautando todos os seus atos, mesmo fora de suas atividades parlamentares, por princípios morais rígidos, que dignifiquem a atividade política, o respeito e estima do povo pelo homem público. V- Promover a defesa dos interesses, dos anseios e das reivindicações populares, desenvolvendo uma ação política e social de forma a atendê-las e encaminhá-las, no exercício de seu mandato; VI- Comparecer e participar dos trabalhos legislativos e políticos durante as sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário e das Comissões; **CAPÍTULO II DA ÉTICA E DO DECORO** **Art. 3º** Em cumprimento ao disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, o Vereador não poderá: I- desde a expedição do diploma: a) firmar ou manter contrato com órgãos da administração direta ou indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público), ou sociedade concessionária ou permissionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; b) aceitar ou exercer cargo, emprego ou função pública remunerada, inclusive os demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea I, deste artigo; c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea A, deste artigo. d) Ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo. **Art. 4º** Considera-se incompatível com a ética e o decoro parlamentar: Usar indevida e abusivamente as prerrogativas inerentes ao exercício do mandato, nas sessões legislativas ou fora delas; II. Praticar atos que ultrapassem os limites da razoabilidade, da inviolabilidade por suas opiniões, palavras e atos; III. Praticar atos atentatórios ao decoro parlamentar, que comprometam a dignidade do exercício da vereança, durante as sessões do legislativo ou fora delas, no que tange a observância das prescrições do Regimento Interno quanto ao uso da palavra, e especialmente no que concerne a prática de atos ou o uso de expressões incompatíveis com a dignidade do cargo, seja durante o discurso, seja no relacionamento com seus Pares ou com o público. IV. Cometer crime de falsidade ideológica, denegando a Instituição Legislativa; V. Praticar irregularidades no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes, ou utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa. **TÍTULO II – DAS MEDIDAS DISCIPLINARES** **CAPÍTULO DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES** **Art. 5º** As medidas disciplinares cabíveis e aplicáveis aos Vereadores são: I- Advertência; II- Censura; III- Suspensão do exercício do mandato por 1 (uma) sessão; IV- Suspensão do exercício do mandato por 4 (quatro) sessões; V- Perda do mandato eletivo; **Parágrafo Único**- As penalidades serão aplicadas segundo a gravidade da infração, independentemente de sua ordem de sequência. **SEÇÃO I - DA ADVERTÊNCIA** **Art. 6º** A advertência é medida verbal de competência dos Presidentes da Câmara ou de Comissão, ao Vereador que: a) deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao seu mandato ou preceitos do Regimento Interno; b) usar expressões indecorosas ou praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da Câmara, em reuniões, sessões ou fora delas. **Parágrafo único**- A critério dos Presidentes, a advertência será registrada em Ata. **DA CENSURA** **Art. 7º** - A

censura é o comunicado escrito da Mesa da Câmara Municipal, quando não couber penalidade mais grave ao Vereador que: **a)** receber 2 (duas) advertências registradas em Ata; **b)** praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Câmara Municipal, ou desacatar, por atos e palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes; **c)** impedir, ou tentar impedir, o andamento das sessões ou das reuniões das Comissões, sem o devido amparo Regimental; **d)** impedir ou tentar impedir, durante as sessões ou as reuniões das Comissões, o cumprimento de ordem fundada no exercício do poder de polícia dos respectivos Presidentes. **Art. 8º** - Nas alíneas b, c, e d do Artigo 7º, a censura será manifestada pelo Presidente da Câmara, ou pelos Presidentes das Comissões, se o ato censurável ocorrer fora das sessões, mas no recinto da Câmara ou nas reuniões das Comissões, ou, por qualquer Vereador, se a ocorrência for durante as sessões da Câmara; assegurada ampla defesa, através de sustentação oral de, no máximo, 5 (cinco) minutos. **§ 1º** - Quando o ato censurável ocorrer durante as sessões da Câmara, o Presidente, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer Vereador, colocará imediatamente em votação, sem discussão, a aplicação da censura, não podendo fazê-lo em outra ocasião. **§ 2º** - A aprovação da aplicação da censura será por maioria simples dos presentes, sendo excluídos da votação: o Vereador penalizado e o Vereador que fez a solicitação de censura. **§ 3º** - Quando o ato censurável ocorrer fora da sessão, a Mesa comunicará por ofício o pedido de censura, que seguirá os trâmites do "caput" deste artigo. **SEÇÃO II DA SUSPENSÃO DO MANDATO POR UMA SESSÃO ORDINÁRIA** **Art. 9º** - Será punido com a perda temporária do exercício do mandato por uma sessão ordinária, quando não for aplicável penalidade mais grave, o Vereador que: **a)** receber 3 (três) censuras; **b)** revelar conteúdo de reunião dos membros da Mesa ou deste com os líderes sobre assunto sigiloso, assim definido no seu transcurso; **c)** revelar informações e/ou documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha conhecimento na forma regimental. **Parágrafo único** - No caso da alínea a, a punição será automática e nos casos das alíneas b e c deste artigo, será constituída uma Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, e a penalidade será aplicada pela Mesa, após votação em Plenário do parecer dessa Comissão. **SEÇÃO III DA SUSPENSÃO DO MANDATO POR QUATRO SESSÕES ORDINÁRIAS** **Art. 10** - Será punido com a perda temporária do exercício do mandato por quatro sessões ordinárias, o Vereador que: **a)** for reincidente no Artigo 9º deste Código; **b)** infringir o inciso IV do Artigo 4º deste Código. **Art. 11** - O Vereador que tiver o mandato suspenso de acordo com os artigos 9º e 10 deste Código, perderá 25% (vinte e cinco por cento) do subsídio, por cada sessão ordinária que estiver ausente em decorrência da punição. **SEÇÃO IV DA PERDA DO MANDATO** **Art. 12** - Será punido, após votação em Plenário, com a perda do mandato o Vereador que: receber pela terceira vez a punição prevista no artigo 10 deste Código; praticar qualquer dos atos previstos no artigo 3º deste Código; **III** - deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela Câmara; **IV** - utilizar-se do mandato para a prática de corrupção ou improbidade administrativa; **V** - perder ou tiver suspenso os seus direitos políticos; **VI** - perder os direitos políticos mediante decreto da Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal; **VII** - sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado **VIII** - for condenado em ação popular transitada em julgado; **IX** - fixar residência fora do Município. **§ 1º** - Nos casos previstos no inciso IV deste artigo, acolhida a representação pela maioria absoluta dos Vereadores, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por quorum de 2/3, assegurado o direito de defesa. **§ 2º** - Nos casos do inciso I, II ou IV, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos membros da Câmara, Comissão de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político nela representado, sempre assegurado o direito de defesa. **§ 3º** - Em todos os casos, será expedido Decreto da Mesa da Câmara, ratificando a perda do mandato, com a devida publicação no Jornal Oficial do Município. **TÍTULO III - DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO** **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES** **Art. 13** - A apuração dos fatos e responsabilidades previstos neste Código poderá, quando a natureza e a gravidade assim o exigirem, ser solicitada informações ou diligência ao Ministério Público e às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Câmara. **Art. 14** - Se e quando, em razão das matérias reguladas neste Código, a honorabilidade, a dignidade e imagem da Câmara forem atingidas, deverá a Comissão de Ética solicitar à Mesa as medidas jurídicas cabíveis. **CAPÍTULO II - DO PROCESSO DISCIPLINAR** **Art. 15** - Recebida a representação contra Vereador pelo cometimento de infração sujeita à suspensão ou perda do mandato, esta será encaminhada, de imediato e obrigatoriamente, pela Presidência da Câmara à Comissão de Ética que, preliminarmente, concluirá por uma das seguintes hipóteses: **I** - Arquivamento; **II** - Instauração do processo contraditório. **Parágrafo único** - A conclusão será adotada pela Comissão no prazo máximo de 15 (quinze) dias com audiência obrigatória do denunciado. **Art. 16** - Relatada a conclusão, voltará o processo à Mesa da Câmara, para ser submetida ao Plenário. **Parágrafo único** - Admitida pelo voto favorável da maioria absoluta a representação será, de imediato, encaminhada à Comissão de Ética que obedecerá as seguintes normas procedimentais: **I** - O Presidente da Comissão abrirá a fase de coleta de provas, instruindo o processo para a apuração dos fatos e averiguação das responsabilidades do indiciado, assegurando-lhe o direito do contraditório, facultando a presença de defensor, não excedendo essa parte a 30 (trinta) dias; **II** - Oferecida cópia da representação ao Vereador, este terá o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa escrita, provas e arrolar um máximo de 5 (cinco) testemunhas, podendo, se quiser, constituir advogado para a defesa dos seus direitos; **III** - Esgotado o prazo sem oferecimento de defesa, o Presidente da Comissão designará defensor dativo, reabrindo-lhe o prazo para apresentá-la; **IV** - Apresentada à defesa, a Comissão procederá, no prazo de 10 (dez) dias, as diligências e investigações que julgar necessárias, e, terminadas, abrirá ao acusado para as suas alegações finais o prazo de 5 (cinco) dias, proferindo relatório no prazo de 10 (dez) dias, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento, oferecendo na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado à declaração de suspensão ou perda do mandato do Vereador; **V** - Concluída a instrução do processo na Comissão de Ética no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a mesma deverá ser encaminhado à Mesa da Câmara para fins de regular tramitação do projeto de Resolução; **VI** - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e repertuntas às testemunhas e requerer o que for de interesse de defesa; **VII** - Na sessão de julgamento os líderes de partidos poderão se manifestar pelo tempo máximo de 10 (dez) minutos, e ao final, o denunciado ou seu procurador terá o máximo de 20 (vinte) minutos para fazer sua defesa oral. **VIII** - A votação ocorrerá na primeira sessão ordinária após a apresentação do projeto de Resolução, no final da Ordem do Dia, aberta ao público e com votação aberta dos Vereadores, excluindo-se da votação o denunciado. **Art. 17** - Qualquer cidadão, pessoa jurídica ou parlamentar poderá representar documentadamente perante a Comissão de Ética, quanto ao descumprimento, pelo Vereador, das normas e preceitos contidos na legislação em vigor, no Regimento Interno ou neste Código. **Parágrafo único** - Não serão recebidas denúncias anônimas. **TÍTULO IV DA COMISSÃO DE ÉTICA** **Art. 18** - A Comissão de Ética será constituída a cada caso, sempre que necessária a observância dos artigos 9º, 10 e 12 deste Código de Ética e será composta por 3 (três) Vereadores, sorteados publicamente, momento em que serão excluídos os nomes dos Vereadores denunciado e denunciante, se houver. **§ 1º** - Uma única comissão será constituída para investigar dois ou mais Vereadores, se os mesmos estiverem envolvidos nos fatos que motivaram a formação da Comissão. **§ 2º** - Somente poderá integrar a Comissão de Ética o Vereador que não esteja sendo investigado por outra Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. **§ 3º** - Caberá à Mesa, logo no início da sessão, promover o sorteio dos membros da Comissão, observadas as normas regimentais pertinentes. **§ 4º** - Somente no momento do sorteio, o Vereador poderá pedir dispensa da Comissão, fazendo-o justificadamente e por escrito. **§ 5º** - A licença do Vereador investigado não impede a continuação dos trabalhos da Comissão, sendo obrigatória a observância do direito de defesa do investigado. **Art. 19** - A Comissão de Ética observará as normas regimentais das Comissões Temporárias quanto à organização interna, seu funcionamento, escolha do seu Presidente e Relator. **§ 1º** - Os membros da Comissão estarão sujeitos, sob pena de imediato desligamento e substituição, a observar o sigilo, discrição e comedimento, indispensáveis e inerentes ao exercício e à natureza de suas funções. **§ 2º** - A Mesa da Câmara realizará novo sorteio na primeira sessão ordinária após o desligamento do membro da Comissão. **§ 3º** - O Vereador faltoso a 3 (três) ou mais reuniões consecutivas da Comissão, perderá o direito de ter seu nome constado no Relatório Conclusivo. **Art. 20** - Esta Resolução entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2020. **Art. 21** - Ficam revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 26 de novembro de 2020. **Vereador Archeson Pedroza Teixeira Presidente** Publicado no órgão oficial e na Portaria da Câmara Municipal, na mesma data. **Marco Aurélio Romaldini Secretário Geral**

#### RESOLUÇÃO N º 936, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2.020

O Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte Resolução: **Dispõe sobre abono de falta do Vereador Silvino Dias de Castro Filho, na sessão ordinária realizada no dia 19 de novembro de 2.020 (Autoria: Mesa Diretora).** - **A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES APROVOU:** **Art. 1º** Fica ABONADA a falta do Vereador Silvino Dias de Castro Filho, na sessão ordinária realizada no dia 19 de novembro de 2.020. **Art. 2º** Em decorrência do disposto no artigo anterior, não será efetuado qualquer desconto na remuneração do referido Vereador. **Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias. **Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 26 de novembro de 2020. **Vereador Archeson Pedroza Teixeira Presidente** Publicado no órgão oficial e na Portaria da Câmara Municipal, na mesma data. **Marco Aurélio Romaldini Secretário Geral**

#### EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO N º. 022/2020

CONTRATO DE ORIGEM N º. 022/2020  
 PROCESSO DE COMPRAS Nº 014/2020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

CONTRATADA: GAJO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA- ME

OBJETO: Prestação de serviços de limpeza e manutenção de 35 (trinta e cinco) aparelhos de ar-condicionado com revisões mensais e realização de reparos com substituição de peças, das quais os custos serão arcados pela CONTRATANTE.

VIGÊNCIA: 27 de novembro de 2.020 à 26 de novembro de 2.021.

VALOR MENSAL: R\$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais).

VALOR GLOBAL: R\$ 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais).